

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.342 - RJ (2019/0302555-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GUTEMBERG SOUZA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : JAQUELINE DUMIT LEAL - RJ099566
HELION CALDAS MOURA FILHO - RJ086052
GUTEMBERG SOUZA DA SILVA - RJ148187
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : CARLOS VINICIUS FERREIRA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de CARLOS VINICIUS FERREIRA PEREIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0025169-23.2019.8.19.0000.

Conforme alega o impetrante, o paciente foi preso temporariamente em 29/12/2016 em investigação pela prática dos delitos de homicídio. Em 20/2/2017 foi oferecida denúncia pela suposta prática dos crimes previstos nos art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II (por seis vezes), na forma do art. 70, todos do Código Penal. A exordial acusatória foi recebida em 22/2/2017, oportunidade na qual foi decretada a prisão preventiva do acusado.

Afirma, ainda, o impetrante que, em 8/8/2019, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de liberdade provisória do paciente e, em 28/5/2019 foi proferida sentença de pronúncia, na qual foi mantida a segregação antecipada.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS – Defesa busca concessão de liberdade. Sustenta excesso de prazo da custódia provisória e ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da prisão preventiva. O paciente teria efetuado diversos disparos de arma de fogo contra 06 vítimas que se encontravam no interior da estação do BRT. Em 13/12/2018 foi proferida decisão de pronúncia. Consulta ao site informa que Magistrado recebeu o RSE interposto pela defesa do paciente, determinando a intimação para apresentação das razões recursais. Ausência da alegada ilegalidade na custódia do paciente. Paciente pronunciado - Enunciado nº 21 da Súmula do STJ. O feito tramita

Superior Tribunal de Justiça

regularmente. Anormalidade descaracterizada por ausência de qualquer período de paralisação indevida na marcha processual. Decisão que decretou a custódia preventiva devidamente fundamentada - além de indicar os dispositivos legais que fundamentaram a decisão, ainda mencionou a existência de motivos concretos a ensejar a medida. Magistrado analisou 04 pedidos de revogação da prisão preventiva, todos indeferidos e ainda manteve a custódia por ocasião da decisão de pronúncia. Feito complexo, o que acabou por acarretar o seu prolongamento. Resta evidenciado que a conduta imputada ao paciente tende a exibir excepcional gravidade, suficiente para estampar a ineficácia de qualquer outra providência cautelar substitutiva. Condições subjetivas favoráveis, por si só, não ensejam a revogação da prisão. Inexistência de constrangimento ilegal. DENEGAÇÃO DA ORDEM (fls. 22).

No presente *writ*, o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo na prestação jurisdicional, destacando que o paciente está preso há mais de 942 dias, sem que tenha sido sentenciado.

Pondera que a ação penal possui apenas um réu e não evidencia complexidade que justifique a delonga.

Informa que o paciente conta com condições pessoais favoráveis, sendo desproporcional a manutenção da sua prisão preventiva.

Esclarece que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Destaca a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura, ainda que mediante a aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

O *writ*, conquanto impetrado por profissional legalmente habilitado, está deficientemente instruído. Não foram juntadas aos autos cópia das decisões referentes à prisão preventiva proferidas pelo Juízo de primeiro grau, quais sejam, a decisão que decretou a custódia e as que indeferiram os pedidos de liberdade provisória, bem como a que pronunciou o paciente, documentos essenciais à exata compreensão da controvérsia e ao exame da plausibilidade do pedido.

Cabe ressaltar que em razão da celeridade do rito do *habeas corpus*,

Superior Tribunal de Justiça

incumbe ao impetrante apresentar prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da impetração. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes, entre outros:

PENAL E PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INTERROGATÓRIO DOS RÉUS. OBSERVÂNCIA DA DISPOSIÇÃO CONTIDA NO ART. 57 DA LEI N. 11.343/2006. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. LEI ESPECIAL QUE SE APLICA À HIPÓTESE. DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA.

1. O habeas corpus, em sua via estreita, deve vir instruído com todas as provas pré-constituídas que permitam sua análise, uma vez que não admite dilação probatória.

2. Hipótese em que, ausente o decreto de prisão preventiva, resta impossibilitado o exame de eventual constrangimento ilegal decorrente da medida extrema.

3. A especialidade da disposição contida no art. 57 da Lei n. 11.343/2006 prevalece sobre a regra geral do Código de Processo Penal (art. 400), de modo que o interrogatório do réu deve ocorrer antes da oitiva das testemunhas.

4. Em obediência ao princípio pas de nullité sans grief, que vigora no processo penal pátrio (art. 563), não se declara nulidade de ato se dele não resulta prejuízo para nenhuma das partes. Precedentes.

5. Recurso ordinário em habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido (RHC 37.373/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 09/09/2015)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA.

I - Impede o conhecimento do recurso em habeas corpus a insuficiência na sua instrução, notadamente como na hipótese, onde não foi juntada pelo recorrente a cópia da r. decisão que decretou a sua prisão preventiva (precedente).

II - Uma vez que o MM. Juízo de 1º grau inferiu - de maneira devidamente fundamentada - que houve o efetivo exercício da traficância, infirmar a condenação do paciente com vistas à absolvição do delito demandaria, necessariamente, o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado na via eleita (precedentes do STF e do STJ).

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nesta

Superior Tribunal de Justiça

extensão, desprovido (RHC 60.757/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 24/09/2015).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. "**Constitui ônus do impetrante a correta instrução do habeas corpus, mediante prova pré-constituída, cabendo-lhe colacionar, quando da impetração, as peças necessárias ao deslinde da controvérsia, de sorte a demonstrar o alegado constrangimento ilegal. Precedentes do STF e do STJ**" (AgRg no HC 278.141/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Sexta Turma, julgado em 22/10/2013, DJe 25/11/2013).

3. A alegação de excesso de prazo para a formação da culpa não foi analisada pelo Tribunal de origem, sequer foi arguida nas razões dos dois habeas corpus precedentes impetrados na origem, circunstância que impede o Superior Tribunal de Justiça de apreciar diretamente a matéria, consoante dispõe o art. 105, II, da Constituição Federal, sob pena de Configurar indevida supressão de instância.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 321.025/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 12/08/2015).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

